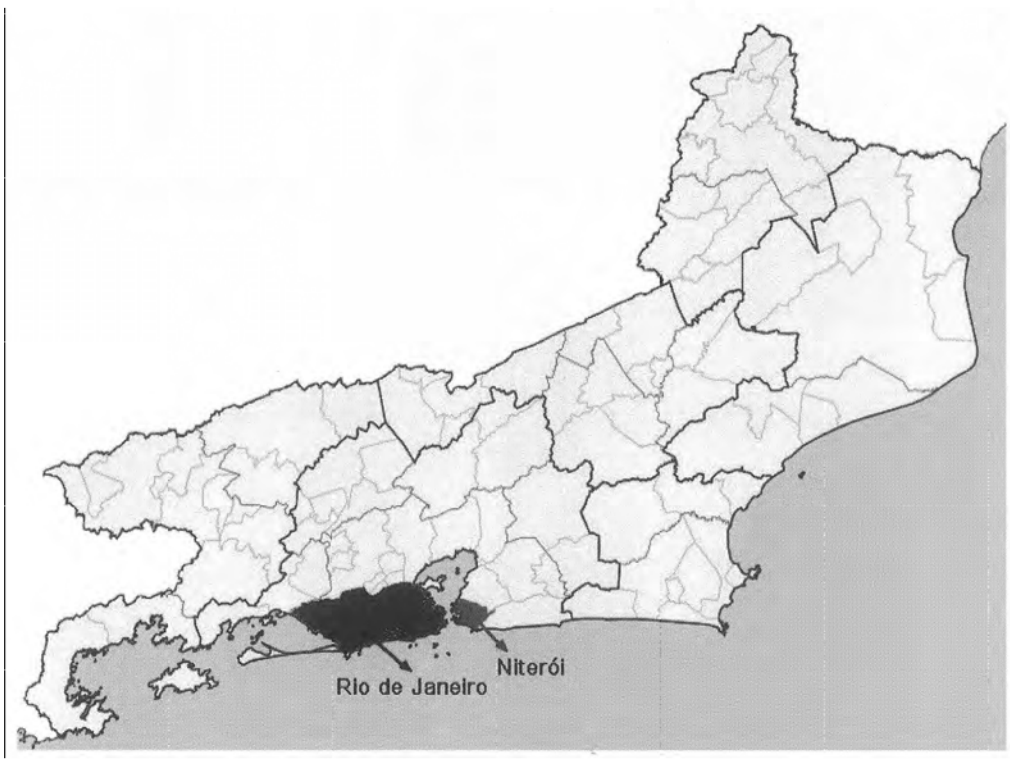
A TERRITORIALIDADE PORTUGUESA EM NITERÓI -1900-1990

ANDRÉA TELO DA CÔRTE[1]

Desde os primórdios da fundação do Rio de Janeiro em 1565, a história de Niterói esteve relacionada aos desdobramentos da colonização portuguesa no Brasil, e à presença lusitana em seu território, situação que teve continuidade no Pós-Independência, quando a *Imperial Cidade de Nictheroy* seguiu atraindo portugueses, que naquela conjuntura passaram a entrar como imigrantes.



Desde então, portugueses de diferentes origens enraizaram-se de forma diferenciada pelo território da cidade, de modo a imprimir no espaço urbano as marcas dos seus conflitos e de suas hierarquias, as suas estratégias de inserção econômica e de negociação identitária, além de suas questões de classe e gênero. Dessa forma, constituíram verdadeiros "territórios" portugueses em Niterói.

Registros da Presença Lusitana na Cidade

O bairro da Ponta D'areia concentrou desde 1845, um enorme contingente de trabalhadores lusitanos, fato que está relacionado ao desenvolvimento da indústria naval no local.

Esses operários que, à época, atuaram como ferreiros, torneiros, carpinteiros e calafates, imprimiram ao bairro um perfil português, reforçado com a chegada no final do século XIX, de sucessivas levas de imigrantes lusos, oriundos da região de Trás-os-Montes. O significativo contingente de lusitanos no local acabou por renomear a localidade, que ficou conhecida pelo cognome *Portugal Pequeno*.

Paralelo a esse núcleo, a região central da cidade, inicialmente denominada de Praia Grande, contou com a presença majoritária de portugueses no comércio. Inscritos na memória local, estão os nomes de Clemente José de Góis Viana, Bernardino José Ferreira de Faria, assim como José Pereira de Souza, todos empreiteiros de obras e proprietários de extensas faixas de terra no centro.

Merecem destaque, também, José Francisco Correia (1853-1929), Conde de Agrolongo, e José Júlio Pereira de Morais, o Visconde de Morais. Correia organizou em Niterói uma das suas mais importantes fábricas: a Fábrica de Fumos Veado, que em 1900, exportava para países como Estados Unidos, Bélgica e Alemanha. Já o português José Júlio era financista, diretor do Banco Português do Brasil, comerciante e proprietário de terras no Rio. Dom Visconde de Moraes, que controlou por quase duas décadas a Cia. Cantareira (1890-1910) e Viação Fluminense, pode-se dizer que marcou o ritmo da cidade, isto porque, a companhia era responsável pela ligação marítima entre Rio e Niterói, serviço fundamental para os trabalhadores fluminenses.[1]

A importância de rememorar trajetórias que se perderam no passado, como as de Góis Viana, Ferreira de Faria, Conde de Agrolongo, entre outros, está no fato de terem viabilizado a inserção dos portugueses no alto da pirâmide social da cidade. Seus sucessos contribuíram tanto para o desenvolvimento local, como tornaram a pequena Niterói atrativa aos patrícios recém chegados de Portugal.

O fato é que no decorrer do século XX, a atuação dos portugueses na cidade extrapolou o comércio e o negócio das terras, atingindo todos os domínios, inclusive o setor bancário, dos quais poderiam ser tomados como exemplos, o Banco Comercial de Guimarães (1880-1881), o Banco Predial do Estado do Rio de Janeiro (1917), o Banco Mercantil de Niterói e o Banco Costa Monteiro.

O setor de abastecimento também foi controlado por portugueses e dentre eles foram destaque as firmas Grilo Paz, de Antônio Augusto da Paz; e Saramago Christa, de José de Pinho Saramago Júnior e descendentes.

Somados a estes, pequenos proprietários portugueses, continentais ou ilhéus cristalizaram o domínio econômico lusitano na cidade ao controlarem majoritariamente o comércio a retalho, cafés, bares, confeitarias, armazéns de secos e molhados e, ainda, habitações populares como os cortiços.

Anote-se que esses portugueses atuaram como uma rede, distribuindo cartas de chamadas, empregando recém chegados, oferecendo crédito para os patrícios, ou ainda, promovendo fusões de negócios. Dessa forma fizeram da Associação Comercial local um reverbero dos seus interesses.

Conflitos

> Quanto a isso aí, é o que mais tem. Não, eles têm raiva da gente, que eles são nascidos e criados aqui [...], e no caso, eles depender (sic) da gente. A raiva deles é essa, Ah, você vem de lá..., ainda vem pra qui..., chamavam de galego, chamavam de..., isso ofende, dói, mas tem que engolir. Quantas noites eu não conseguia dormir. A gente ia fechar a casa e sempre tinha aborrecimento, era xingado, uns comia e não pagava (sic) já de propósito, já ia magoado, aquilo foi magoando... sofre muito, até a gente se controlar sofre muito.[2]

Nesse depoimento, Francisco de Abreu, português que desembarcou no Rio de Janeiro em 1951, aos 21 anos, revela algumas das agruras sofridas no cotidiano de imigrantes portugueses nas cidades brasileiras. Memórias como essas ajudam a compor parte do arsenal de xingamentos e hostilidades com que os nacionais atacavam os lusitanos. E, apesar de pertencerem à lembrança de um indivíduo que emigrou para o Brasil na década de 1950, poderia muito bem constar das lembranças de qualquer português que tenha vivido no Rio de Janeiro entre os anos de 1890 a 1930. Isto porque, conforme analisado por Gladys Sabina Ribeiro, o antilusitanismo no Brasil, e especialmente no Rio de Janeiro, "percorreu tempos e épocas diferentes"[3].

De acordo com a autora, tanto na conjuntura da Independência (1822), como na da abdicação de D. Pedro I (1831), e na da Revolução Praieira, em Pernambuco (1848), o antilusitanismo se fez presente, motivando inúmeros conflitos. Via de regra, esses confrontos tiveram como conteúdo a afirmação da nacionalidade brasileira em oposição à lusitana e a questão da sobrevivência, visto que os portugueses tinham forte presença na economia.[4]

Também no alvorecer da república (1889), o antilusitanismo se apresentou, uma vez que estava em jogo a construção da nova identidade da nação. Entretanto, as conjunturas político-econômicas que se seguiram à Proclamação contribuíram para tornar mais intensas as agressões contra portugueses, adicionando notas de radicalismo à perseguição aos antigos colonizadores.

Vale dizer que essa conjuntura, que marcou também a institucionalização do trabalho livre e assalariado, a entrada massiva de imigrantes e as transformações urbanas de grande porte, assinalou a entrada da jovem república no cenário internacional como nação dependente e consumidora das ideologias, usos e costumes europeus, especialmente franceses.

Nesse novo cenário não havia lugar para o velho português, cuja imagem passou a ser associada ao atraso e à exploração; e a sua presença, uma provocação aos brasileiros.

No Rio de Janeiro, da virada para o século XX, onde desembarcaram cerca de 1.000.000 de lusos entre 1880-1930, os portugueses representavam o grosso dos proprietários de imóveis e do comércio a varejo da cidade, sendo os principais comandantes dos negócios de importação e exportação e das fábricas instaladas na capital. Além disso, monopolizavam o setor de habitação — das casas de aluguel aos cortiços, e disputavam os empregos no comércio em condições de superioridade em relação aos trabalhadores nacionais e aos ex-escravos.

É nesse contexto perturbador que o antilusitanismo explode e o enfrentamento entre portugueses e brasileiros atinge seu clímax, assumindo as mais variadas formas, materializando-se no cotidiano dos bares, dos cortiços e das padarias etc., muito semelhante à narrativa que abre esse segmento.

Embora não haja para Niterói um estudo específico sobre o antilusitanismo, sua proximidade com a capital federal e a similaridade entre os processos de territorialização lusitana ocorridos nas duas cidades, é possível supor que tal fenômeno tenha se reproduzido em seu espaço urbano. Entretanto, Niterói, menos povoada que o Rio de Janeiro e sem tantos dotes econômicos, atraiu para seu território, um número menor de imigrantes reduzindo, assim, a intensidade dos conflitos entre os nacionais e os portugueses.

É possível, pois, anotar alguns casos de antilusitanismo em Niterói, como o episódio da reforma urbana proposta pelo prefeito da cidade, Paulo Alves, de criar um novo traçado urbano para o centro, polo econômico local; saneá-lo e eliminar os cortiços existentes, com base num novo tributo. Temerosos de seus negócios serem prejudicados pelas obras e de possíveis expropriações, os portugueses mobilizaram a associação comercial, da qual tinham o comando, a fim de obstar os planos de Alves. Para tanto, seus dirigentes usaram a imprensa para fazer guerra ao alcaide.

Um dos veículos do comércio foi o jornal *O Fluminense*, que refletiu imediatamente a posição da burguesia portuguesa contra o prefeito. Este, inábil politicamente, suspendeu os contratos da prefeitura com o jornal. Em face desse imbróglio, outro periódico local, *A Capital*, passou a atacar os comerciantes portugueses, com o mesmo discurso xenófobo usado pela imprensa da capital federal, fomentando dessa forma uma onda de antilusitanismo nas ruas de Niterói.[5]

Diferente do que acontecia no Rio de Janeiro naquela conjuntura, quando a cidade portuguesa ia sendo destruída pelas picaretas do prefeito Pereira Passos, os portugueses da associação comercial de Niterói deram mostras de seu poder, saindo vitoriosos do embate, enquanto Paulo Alves acabou destituído do cargo. Esse episódio sugere, portanto, a importância, o poder e influência dos portugueses na cidade, em um contexto social marcado pela identificação do português com o atraso.

Para além desse caso, outros foram identificados. Relatos de depoentes portugueses garantiram que na década de 1940 havia um dito popular que afirmava que **todo carnaval morre um português**. De fato, a pesquisa em jornais do período acusa alguns casos

de homicídios contra portugueses na época, como o que está descrito a seguir, ocorrido no domingo de carnaval de 1948:

> Por não Querer Vender Parati foi Morto com Dez Facadas
> Causou justa indignação o bárbaro crime, de que domingo último foi vítima, em seu próprio estabelecimento, um negociante em Icaraí. A tarde daquele dia Eucário Glasgaw Diniz, branco, solteiro, de 38 anos de idade, morador à rua Mariz e Barros, 15, dirigiu-se ao botequim da rua Coronel Moreira César, 138, de propriedade de Manuel dos Santos Lira, português, casado, 38 anos, residente à Rua Miguel Couto, 419, casa 3.
> Depois de tomar assento a uma das mesas, o freguês pediu cerveja, tendo o dono do estabelecimento o servido. Após esgotar o conteúdo da garrafa, Eucário solicitou de Manuel, um cálice de parati. Como não fosse atendido, sacou de uma faca que levava envolta em um jornal e com ela golpeou por dez vezes o negociante. Enquanto a vítima caía ao solo, banhado em sangue, o agressor tentava evadir-se. [...]. O criminoso é indivíduo de péssimos antecedentes, provocador e desordeiro.[6]

Assim, em Niterói, explosões episódicas de raiva contra os portugueses marcaram a rotina da cidade evidenciando a competição entre os dois povos. Vale ressaltar, porém, que nunca se tratou de um movimento sistemático de oposição/agressão a esse grupo de imigrantes, nem alcançou as proporções da capital federal.

A vida associativa dos imigrantes portugueses em Niterói é outro dado que reforça a importância do grupo para a cidade. Ao lado de associações de judeus, libaneses, italianos, entre outros grupos, foram identificadas **sete** associações portuguesas. Essas diversas associações figuravam permanentemente como notícia nos jornais, e suas atividades culturais e recreativas alcançavam grande repercussão.

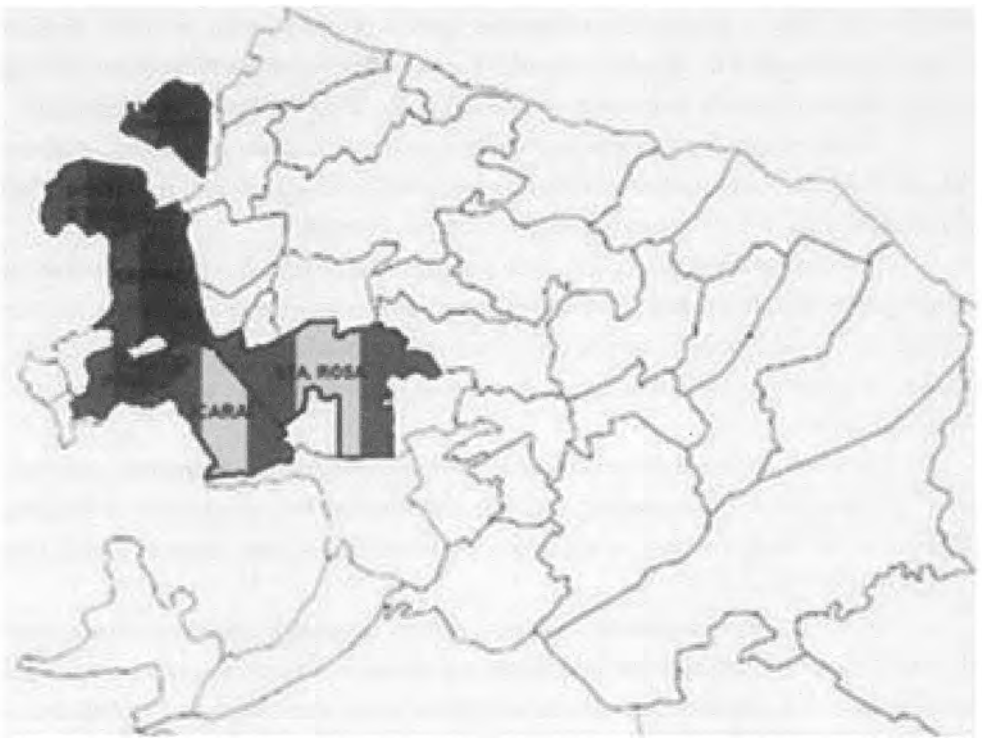
Em 1935, por exemplo, em meio ao crescimento das tensões entre direita e esquerda no país, respectivamente integralistas e partidários da Aliança Nacional Libertadora[7], o jornal *O Fluminense* repercutia o burburinho provocado em torno do concurso de Rainha da Primavera promovido pelo Centro Musical da Colônia Portuguesa!

Entre junho e julho daquele ano, as primeiras páginas do periódico foram dedicadas a relatar pormenores do evento. Em 14 de julho, uma entrevista com uma das candidatas ao pleito ocupou 90% do espaço reservado à notícia! Ao seu lado, 'espremida' numa manchete a notícia daquilo que seria um sinal claro do fechamento do regime: "fechada a sede da ANL e prohibida uma reunião de integralistas"[8].

Dentre as associações, a Sociedade Portuguesa de Beneficência, fundada em 1904, foi aquela de maior prestígio, concentrando a nata dos lusitanos locais. Desejosos de visibilidade optaram por edificar seu próprio hospital, na década de 1920. Dado a carência de hospitais em Niterói, pouco a pouco, a população local foi colaborando com a obra, que acabou transformando-se num equipamento público.[9] Assim, aquilo que foi uma estratégia de afirmação da identidade de um grupo acabou por identificar o grupo com a cidade!

Mas os conflitos de que trata este segmento do texto não se restringem ao anti-lusitanismo, alargando-se na direção das diferenças internas entre os próprios portugueses que se fixaram na cidade.

As diferenças de classes entre eles não apenas dividiram o grupo, como contribuíram para que cada um se apropriasse do espaço urbano de uma forma particular. Enquanto a elite habitava os palacetes, em regiões nobres da cidade, como o Centro, Fonseca e o bairro do Ingá, os operários da construção naval e pescadores, restringiram-se à Ponta d' Areia. Já os pequenos comerciantes poderiam ser encontrados espalhados pelas ruas do centro, ou em bairros como o Barreto, Santa Rosa, Icaraí. Os madeirenses por sua vez, procuraram também uma forma de se singularizar como grupo.



Formas Diferenciadas de Territorialização e Inserção Econômica.

No caso dos operários portugueses da Ponta d'Areia, embora tenham colaborado com a construção do Hospital Santa Cruz, não se misturaram aos "ricos", procuraram edificar no espaço vivido, o "seu território" e lá imprimindo o seu *habitus*, isto é, equipando o lugar com suas referências identitárias. Nesse sentido, construíram a Igreja de Nossa Senhora de Fátima, fundaram um clube de futebol lusitano, e uma associação musical denominada, Banda Portuguesa, em 1929, que mais tarde transformou-se no Centro Musical da Colônia Portuguesa, em 1930.

Importa dizer que as distinções de classe foram acompanhadas de disputas geracionais, isto é, portugueses antigos x recém chegados. A narrativa a seguir de autoria de

Gentil Moreira de Souza, destacado empresário em Niterói da segunda metade do século XX, dá conta desses embates:

> Nessa década de 50 [...] O Clube Português era uma espécie de clube da elite. Se eu quisesse entrar de sócio não me deixavam. Eu sentia isso. Tanto que meu irmão, Claúdio, [...] fala-me hoje: 'eu quis ser sócio não me deixaram'. Era um português que tinha vindo há pouco, não sabiam o grau de cultura. Todo mundo era medido pelo mesmo calibre, [...], havia uma discriminação dos portugueses contra os portugueses pobres, enriquecidos x recém chegados.[10]

O Caso Madeirense

As divisões de classe e de gerações emigradas, entretanto, não foram as únicas divisórias da "colônia" portuguesa na cidade. O estudo do caso madeirense em Niterói apontou para estratégias diferenciadas de inserção econômica e social, e de elaboração da identidade.

É importante destacar que os madeirenses que se fixaram em Niterói, a partir da década de 1930, são quase todos oriundos da freguesia da Ribeira Brava, partilhando laços de parentesco entre si e comportando traços culturais comuns.

Em Niterói, expostos à pressão de um mercado de trabalho pouco desenvolvido e bastante disputado, tanto por continentais como outros grupos de imigrantes, os ilhéus da Ribeira Brava constituíram verdadeiros monopólios madeirenses na cidade, como as atividades de leiteiros e carroceiros, nas décadas de 1930 e 1940, e, a partir dos anos de 1950, as quitandas.

Vale dizer que a partir da década de 1950, muitos dos que desembarcaram na cidade, já haviam passado por outras experiências emigratórias. Boa parte vinha da Venezuela e de Curaçao, trazendo consigo as esposas e algum dinheiro para começar a vida como pequenos proprietários.

No que se refere à questão de gênero dentro do grupo, é possível afirmar que as mulheres madeirenses, quase todas imigrantes por causa do casamento, atuaram incessantemente ao lado dos maridos. Nas quitandas e bares, como vendedoras ou cozinheiras, ou ainda como lavadeiras ou passadeiras, cumpriram jornadas de trabalho exaustivas, serviços realizados sempre na esfera doméstica.

Para além da ajuda sem remuneração que prestavam aos maridos, eram, nas horas de folga — os intervalos entre o jantar e a hora de dormir — bordadeiras. Bordavam para casas comerciais ou para outras bordadeiras.

Na prática, o tempo feminino era dividido entre a família, o comércio do marido e o bordado. E o espaço da casa multiplicado por suas mãos habilidosas: representava simultaneamente a esfera privada da vida familiar e a esfera pública do trabalho.

Entre as bordadeiras, algumas se destacaram ao formar significativas redes de clientes e de artesãs, apesar disso não constituíram uma cooperativa, fato comum em outras

cidades do Brasil, como foi o caso de Santos, onde esse tipo de organização se transformou em um ícone da presença madeirense na cidade.[11]

As madeirenses de Niterói, embora fossem co-responsáveis pela renda familiar, permaneceram fiéis aos princípios culturais católicos que trouxeram submetendo-se ao casamento e aos impedimentos impostos pelos maridos. Inclusive aquelas que emigraram depois dos cônjuges e que, pela própria situação provocada pela ausência de seus pares, conheceram certa autonomia de ação. No depoimento a seguir, a bordadeira Mariazinha do Camacho comenta:

> Cheguei a ter 15 bordadeiras [...] tudo da Madeira. Só quem bordava era gente da Madeira [...]. Eu bordava e vendia, mas o meu maior sonho, meu grande sonho... Eu bordava pra (Casa) Boneca...eu via como eles faziam na Boneca, eu queria era ter uma casa de bordados, mas o meu marido.... Mas um dia eu falei com meu marido – Antônio, eu queria ter uma casa pra eu riscar, bordar..., (e ele disse) – e você sabe, isso aí tem que ter nota fiscal, você pensa que isso aí é brincadeira, isso não é assim não...- e começava a me tirar da reta.[12]

O desequilíbrio das relações entre os casais madeirenses é, pois, uma marca do grupo na cidade. É impossível saber o quanto o legado da cultura de origem e os dados culturais da própria urbe contribuíram para essa ausência de equilíbrio. O fato é que as madeirenses em Niterói, a exceção de uma ou outra bordadeira, permaneceram quase no anonimato.

Um dos dados culturais mais importantes do grupo foi seu forte sentimento de pertença, pertencimento referido tanto à freguesia da Ribeira Brava quanto à própria Ilha da Madeira. Mais uma vez, a narrativa de Francisco de Abreu auxilia nossa compreensão:

> Isso é uma política, é política, que o pessoal do continente não gosta do madeirense. Eu acho que o madeirense teve uma época que queria ficar independente de Portugal. A Ilha ficar independente de Portugal. E o lisboeta é mais vaidoso e convencido, eles não gosta da gente. A gente já é assim mais grosso. [...] O lisboeta comercialmente arrebenta o madeirense. O lisboeta, o que ele puder dar um furo no madeirense, ele dá. [...]. O madeirense é mais trabalhador. O lisboeta quer mais facilidade, chama-se alfacinha [...]. Tem uma diferença, sim. Eles não gosta da gente. (sic)

A narrativa não deixa dúvidas sobre o passado de ressentimentos que envolvem a relação da Ilha da Madeira com Portugal, dando margens à emergência de uma dimensão étnica do grupo. Esse "sentimento" foi reatualizado na sociedade de acolhimento à medida que os madeirenses, ao menos o grupo analisado, buscou diferenciar-se dos continentais, ao construir em relação a eles um discurso de alteridade. Em outras palavras, deixando emergir aquilo que Roberto Cardoso de Oliveira denomina de identidade contrastiva[13] em relação aos continentais.

Outra forma de diferenciação foi a própria inserção econômica do grupo na cidade. As quitandas, o bordado, o trabalho de leiteiro, acabaram por se constituir — e

esse movimento não foi proposital ou consciente — em verdadeiros "lugares" madeirenses em Niterói. Tais nichos, para além de serem econômicos, foram, sobretudo, "espaços identitários".

Chama a atenção também, a unicidade do discurso mantido pelo grupo que tem como particularidade não se associar às organizações portuguesas da cidade. Tampouco criaram suas próprias associações. A não associatividade por seu turno, não significa desorganização, uma vez que eles próprios se definem como uma rede: "Vamos dizer assim, que eu e você não tivesse, mas você sabia que ela tinha ali, você ia lá apanhava e me dava. Era uma rede"[14] (sic). Trata-se, pois, de um grupo invisível[15]. Invisível aos olhos dos nacionais, entretanto, com fronteiras internas[16] muito bem demarcadas em relação aos continentais.

De acordo com Abner Cohen, os grupos invisíveis possuem princípios articuladores que os mantêm ligados entre si, de forma a sustentar o sentimento de pertença do grupo.

No caso apresentado, para além do discurso, o casamento intra-grupo, o estilo de vida — **casa-balcão-igreja**[17], o catolicismo e a solidariedade financeira conjugaram-se na produção de um conjunto de **princípios articuladores** que garantiram a manutenção da identidade madeirense, reatualizando-a constantemente. Da mesma forma, avalizaram sua diferenciação em relação aos continentais.

Vale registrar ainda, que dentro desse grupo de ilhéus da Ribeira Brava, foi identificado um subgrupo ainda mais fechado. Trata-se de uma família, cujos membros se casam entre si, perpetuando os negócios na esfera familiar.

NOTAS

[*] Museu de História e Artes do Estado do Rio de Janeiro – MHAERJ.

[1] Fluminense é o natural ou habitante do Estado do Rio de Janeiro. Niterói, de 1889 a 1974 foi a capital do Estado do Rio, ao passo que a cidade do Rio era a capital federal, posto perdido para Brasília, em 1960, quando transformou-se no Estado da Guanabara. Em 1974, houve a fusão dos dois estados, passou a ostentar o nome de Estado do Rio de Janeiro, com a cidade do Rio como capital.

[2] Entrevista de Francisco Abreu à autora, 2001. cf. CORTE, Andréa Telo da. *Os Madeirenses em Niterói. Um Estudo de*

Caso: 1930-1990. Niterói, PPGH-UFF, 2002. Nessa entrevista, assim como em outros trechos que serão apresentados, foi mantida a oralidade da fala do entrevistado.

[3] Ver RIBEIRO, Gladys Sabina. "Por que você veio encher o pandulho aqui? Os portugueses, o antilusitanismo e exploração das moradias populares no Rio de Janeiro da República Velha". In: *Revista Análise Social,* 1994, p.631.

[4] *Idem*, p.633.

[5] Côrte, *op. cit.,* cap.3.

[6] Fonte: Jornal *O Fluminense*, 12-02-1948, p. 1. cf. também: Côrte, *op. cit.*, p. 347-8. Vale dizer que "paraty" era o nome de uma bebida alcoólica, a cachaça. Nesse caso, a marca acabou se tornando sinônimo da bebida.

[7] A década de 1930, no Brasil, assinalou um conjunto importante de transformações sociais que se seguiram à Revolução de 1930, liderada por Getúlio Vargas. No decorrer do período, o acirramento da disputa política levou à polarização entre duas frentes: a Aliança Nacional Libertadora, que congregava comunistas e simpatizantes e que teve como líder Luís Carlos Prestes, principal nome do Partido Comunista Brasileiro. Já nas hostes dos integralistas nacionais era integrada por simpatizantes dos regimes fascistas.

[8] *O Fluminense*, 14-7-1935, p.1

[9] Sobre a construção do Hospital Santa Cruz, ver: MARTINS, Ismênia. *Conferência pronunciada pela Profª Dra. Ismênia Martins na sessão comemorativa do cinquentenário do Hospital Santa Cruz,* em 3 de maio de 1980, Niterói.

[10] Entrevista de Gentil Moreira de Souza à autora, agosto de 2007.

[11] FRUTUOSO, Maria Suzel Gil. *A Emigração Portuguesa e sua influência no Brasil: o caso de Santos – 1850-1950*. São Paulo, USP, 1989.

[12] Entrevista de Maria da Luz Camacho à autora, 2001. Ver: Côrte, *op. cit.,* pp. 219-240.

[13] OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. *Identidade, Etnia e Estrutura Social*. São Paulo, Livraria Editora Fronteira, 1976.

[14] Entrevista de F. Abreu à autora, 2001. cf. Côrte, *op. cit.,* pp.219-240.

[15] Sobre organizações invisíveis ver COHEN, Abner. *O Homem Bidimensional*. Rio de Janeiro, Zahar, s/d.

[16] A questão das fronteiras pode ser vista em BARTH, Fredrik (Org.). "Ethnic Groups and Boundaries". *The Social Organization of Culture Difference*. Boston, Little Brown, 1969.

[17] Conforme definição dos próprios entrevistados.